



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL  
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

**MEMÓRIA DE REUNIÃO Nº CJF-MRU-2016/00136**

Brasília, 04 de agosto de 2016.

**Objetivo da reunião:** Comitê Gestor do PJe  
**Horário e local:** 14h - CJF Corregedoria  
**Assunto:** Implantação de sistemas

<b>Participantes</b>	<b>Função/Cargo</b>	<b>Unidade</b>
José Antonio Savaris	MAGISTRADO	SG
Ivan Gomes Bonifácio	SECRETARIO	SEG
Edimilson Cavalcante de Oliveira	SUBSECRETARIO	SUMOG
André Ricardo Lapetina Chiaratto	SUBSECRETARIO	SUTEC
William Santos	CHEFE DE GABINETE	GAB-SG
Magali Zilca de Oliveira Dantas	CHEFE DE SECAO	SEPROC
Juiz Federal Marcelo Velasco Nascimento Albernaz (marcelo.albernaz@trf1.jus.br)	Membro do Comitê	TRF1
Juiz Federal Theophilo Antonio Miguel Filho (tmiguel@jfrj.jus.br)	Membro do Comitê	TRF2
Juiz Federal Fabiano Lopes Carraro (flarraro@trf3.jus.br)	Membro do Comitê	TRF3
Juiz Federal Eduardo Tonetto Picarelli (picarelli@trf4.jus.br)	Membro do Comitê	TRF4
Juiz Federal Paulo Paim da Silva (paulosilva@trf4.jus.br)	Membro do Comitê	TRF4
Desembargador Federal Rubens de Mendonça Canuto Neto (rubenscanuto@trf5.jus.br)	Membro do Comitê	TRF5
Juiz Federal Frederico José Pinto de Azevedo (frederico.azevedo@jfpe.jus.br)	Membro do Comitê	TRF5
Juiz do Trabalho Bráulio Gabriel Gusmão (braulio.gusmao@cnj.jus.br)	Gestor de Projetos de TI	CNJ
Miguel Antônio Silveira Ramos (ramosm@vetorial.net)	Representante	CFOAB
Eduardo Watanabe (eduardo.watanabe@agu.gov)	Representante	AGU

## **Pauta**

### **1. Apresentação**

Dr. Savaris realizou abertura da reunião e deu as boas-vindas aos participantes, seguido pelo Desembargador Paulo Sérgio Domingues que deu início aos trabalhos, iniciando com a apresentação dos membros do Comitê.

### **2. Informação sobre a implantação nos TRFs e TNU**

Representantes dos tribunais prestaram informações sobre a implantação: Dr. Marcelo Albernaz pela 1ª Região. Dr. Theophilo pela 2ª Região, Dr. Fabiano Carraro pela 3ª Região, Dr. Rubens Canuto pela 5ª Região e Ivan Gomes pela TNU, representando o Dr. Ronivon Aragão. O Dr. Eduardo Picarelli informou sobre o MNI com a TNU e órgãos externos.

### **3. Situação do atendimento das demandas do PJe-JF no CNJ**

Dr. Bráulio deu informações sobre a descentralização de recursos, que ainda se encontram em tramitação no CNJ. Informou também sobre a integração da versão nacional do PJe com o TRF5 que está sendo viabilizada pela fábrica de software e será ampliada para os demais tribunais. Acrescentou que o CNJ realizou levantamento dos feedbacks dos usuários do PJe, acrescentando que se obteve bons resultados em termos de receptividade e satisfação dos usuários. Demandas específicas: Movimentação e assinatura em lote estão contempladas na versão 2.0. Já a produção de documentos em lote aguarda o desenvolvimento do novo editor de texto que está sob responsabilidade do Tribunal Superior Eleitoral ?TSE a partir do editor de texto desenvolvido pela 4ª Região (Eproc). Mencionou os resultados da maratona de desenvolvimento do PJe que entregou 15 aplicativos prontos para uso no ambiente do sistema, destacando o " migrador " dos sistemas legados para o PJe. Noticiou o acordo de cooperação para que os TRFs atuem como fábricas de software que deve ser firmado no encontro nacional que o CNJ promoverá no dia 17 de agosto de 2016. Acrescentou que o TSE deve iniciar a implantação após o período das eleições municipais. Melhorias no MNI: Dr. Bráulio informa que a 4ª Região está comprometida em apoiar o CNJ para o desenvolvimento de novas funcionalidades e expansão. Sobre a Resolução nº 234/ CNJ - Diário da Justiça Eletrônico: Solicita que sejam encaminhadas as informações do segmento Justiça Federal com os procedimentos de intimação.

### **4. Apresentação da versão 2.0**

Dr. Bráulio informou os passos para a disponibilização da versão 2.0 para os tribunais. Fez a demonstração da nova versão, iniciando pelas opções de acesso, autenticação e assinatura. Destacou as melhorias da usabilidade, opções do leiaute, painel de funcionalidades, opções de priorização de documentos e de exibição. Novas funcionalidades ainda serão discutidas no grupo de gerenciamento de mudanças do CNJ. A solicitação de novas funcionalidades para os advogados deverá ocorrer via Escritório Digital. Informou que as instruções de ambientação e configuração está no link da wiki do PJe na página do CNJ. Que o CNJ fornecerá apoio na instalação e o cronograma de migração e treinamento dependerá de cada tribunal, sendo que o escopo da 5ª Região será diferenciado. O lançamento e a homologação da versão 2.0 será no dia 10 de agosto de 2016. O Comitê-Gestor deliberou por propor cronograma de treinamento que consiste em infraestrutura, fluxo, desenvolvimento e multiplicadores. Delibera, também, que a demanda de treinamento já está formalizada pelo segmento Justiça Federal, restando aos tribunais especificar o cronograma.

### **5. Situação da liberação de recursos do PJe-JF retidos no CNJ**

Ivan Bonifácio apresenta os dados do orçamento já contemplando o corte feito pelo CNJ para a PLOA 2017.

### **6. Estrutura de governança do PJe-JF**

Ivan Bonifácio e Edimilson apresentaram as propostas de mudança na estrutura de governança do PJe de maneira a torná-la aderente à estrutura de governança do CNJ, sendo as

principais alterações: Comissão Técnica de Negócio passa a ser coordenada por um magistrado e integrada pelos Diretores das Secretarias Judiciárias ou por outros indicados pelos tribunais, além de suplentes. A Comissão de Tecnologia da Informação passa a ser integrada pelos Diretores de Tecnologia da Informação ou por outros indicados pelos tribunais, além de suplentes. O Comitê Gestor passa a ser composto por magistrados indicados pelos tribunais, órgãos externos e magistrado representando a TNU. A Secretaria Executiva será substituída pela Gerência Executiva que será coordenada por um magistrado vinculado à Corregedoria-Geral da Justiça Federal e pelos titulares das secretarias de estratégia e governança e a de tecnologia da informação. Será designado um gerente de projeto vinculado à Gerência Executiva. As propostas serão submetidas ao Corregedor-Geral da Justiça Federal.

#### **7. Outros assuntos**

Sobre o Modelo Nacional de Interoperabilidade - MNI- o Dr. Picarelli ponderou que seria muito importante para a Justiça Federal a integração dentro do padrão MNI entre os sistemas de processo eletrônico e os sistemas do INSS e Fazenda Nacional, incluindo o acesso aos dados previdenciários hoje disponíveis através dos sistemas CNIS e PLENUS. Esta integração está sendo negociada junto a DATAPREV e o SERPRO.

#### **8. Próxima reunião**

Videoconferência no dia 13 de setembro de 2016 na sala 201 do CJF.

#### **9. Lista completa de participantes**

A reunião contou com 29 participantes cuja lista completa está anexada.

<b>Ref.</b>	<b>Próximas Ações</b>	<b>Responsável</b>	<b>Data Prevista</b>
3.1	Levantar procedimentos de intimação dos tribunais.	Secretaria Executiva	12/08/2016
6.1	Incluir as deliberações na minuta de resolução do PJe.	Secretaria Executiva	13/10/2016

EDIMILSON CAVALCANTE DE OLIVEIRA  
SUBSECRETARIO  
SUBSECRETARIA DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO

Classif. documental | 40.07.01.01